



Embrapa Semiárido

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa
Pregão Eletrônico - Embrapa nº 90011/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em tratores e implementos agrícolas, incluindo o fornecimento de peças genuínas, originais ou de qualidade equivalente, bem como a execução de serviços de mão de obra, de acordo com as demandas da Embrapa Semiárido no seu Campo Experimental, situado em Nossa Senhora da Glória/SE.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

(☒) Menor Preço

(☐) Maior Percentual de Desconto

MODO DE DISPUTA

(☒) ABERTO

(☐) ABERTO E FECHADO

Data de Abertura: 16/06/2026 às 09:00 h, sítio: <https://www.gov.br/compras>

Valor estimado: Observar o item 5.2 do Termo de Referência

Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Anexo V	Por item (<input checked="" type="checkbox"/> Por Lotes (<input type="checkbox"/> Preço Global (<input type="checkbox"/>)	Requisitos Básicos: Item 8 do Edital	(<input type="checkbox"/>) Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica Demais (Veja Termo de Referência)*
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado
Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Sim (<input type="checkbox"/> Não (<input checked="" type="checkbox"/>)	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cpatsa.sps@embrapa.br		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: cpatsa.sps@embrapa.br		

DAS PROPOSTAS

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições lidas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocar os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

[Observar no Termo de Referência](#)

5.2. Valores Estimados por Lote - considerar o percentual mínimo aceitável para Descontos nos itens 1 e 3 (9,10%) e os valores máximos aceitáveis para os itens 2 e 4 (R\$ 265,00).

6.2. Para evitar a inviabilidade da execução dos serviços decorrente das despesas com o deslocamento dos equipamentos, APENAS PODERÃO SER ACEITAS PROPOSTAS DE EMPRESAS LOCALIZADAS NO RAIO DE 130 KM do Campo Experimental da Embrapa onde os equipamentos estão sendo utilizados

LOCALIZAÇÃO DO CAMPO EXPERIMENTAL:

RODOVIA SE - 175, POVOADO MESINHAS, FEIRA NOVA/SE - CEP 49.670-000

(Distâncias: 120 Km de Aracaju-SE e aproximadamente 12 Km de Nossa Senhora da Glória-SE)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **Embrapa Semiárido**, sediada à BR 428, Km 152 - Zona Rural, Petrolina/PE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento: **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no site www.gov.br/compras.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em tratores e implementos agrícolas, incluindo o fornecimento de peças genuínas, originais ou de qualidade equivalente, bem como a execução de serviços de mão de obra, de acordo com as demandas da Embrapa Semiárido no seu Campo Experimental, situado em Nossa Senhora da Glória/SE, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).
- 2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- 2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (site www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
 - a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
 - c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
 - d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;
- 3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.
- 3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;
- 3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:
 - a) Será admitida (), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
 - b) Não será admitida (), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- 3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.
- 3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:
 - a) Será admitida (), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
 - b) Não será admitida (x), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
 - 3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:
 - a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
 - c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
 - d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
 - e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;
 - 3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (___), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até ____ (____) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da Embrapa e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de (...).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55 Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56 No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora. (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. contiver vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação. (art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: parcela de relevância de no mínimo 50% do quantitativo a ser contratado (art. 58, II da Lei 13.303/2016), nos termos do objeto desta contratação.

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em ____%(____ por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação(____);

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.(____)

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(☒) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(☐) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC)

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. multa;

14.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de (.....) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

14.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

14.7. Qualquer conduta não prevista no item 14.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 14.12 a 14.24 deste Edital.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

14.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

14.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

14.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UDs e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

14.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

14.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

- I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

14.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

14.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.13.1. No curso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 14.13 deste edital.

14.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

14.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

14.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

14.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

14.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

14.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

14.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

14.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua ciência.

14.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

14.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

14.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

14.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

14.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

14.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

14.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15. ATOS LESIVOS À Embrapa

15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

15.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

15.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

15.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

15.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.

16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

16.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

16.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: <https://www.embrapa.br/semiario>.

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

17.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

17.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

17.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Petrolina/PE, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

17.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA;
c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO;
d) ANEXO IV - MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

Petrolina-PE, 25 de maio de 2026

TATIANA AYAKO TAURA
Chefe Adjunta de Administração em Exercício
(assinado eletronicamente)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em tratores e implementos agrícolas, incluindo o fornecimento de peças genuínas, originais ou de qualidade equivalente, bem como a execução de serviços de mão de obra, de acordo com as demandas da Embrapa Semiárido no seu Campo Experimental, situado em Nossa Senhora da Glória/SE. A contratação compreenderá manutenção mecânica, hidráulica, elétrica, eletrônica, funilaria e pintura, observando as condições técnicas e operacionais necessárias ao pleno funcionamento da frota utilizada nas atividades de pesquisa e apoio operacional.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta é necessária para assegurar a continuidade das atividades agrícolas e experimentais dos Campos Experimentais da Embrapa Semiárido, que dependem diretamente do pleno funcionamento de tratores, máquinas e implementos utilizados nas rotinas de campo. Esses equipamentos são essenciais para operações como preparo de solo, plantio, condução de experimentos, manejo de áreas produtivas e manutenção das estruturas operacionais, compondo o suporte indispensável às atividades de pesquisa e de apoio técnico desenvolvidas pela Unidade.

A execução regular dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e mão de obra especializada, é medida necessária para preservar a integridade e o desempenho dos equipamentos, evitando paralisações prolongadas, reduzindo a incidência de falhas mecânicas recorrentes e ampliando a vida útil dos bens patrimoniais. Essa prática garante melhor aproveitamento dos investimentos públicos já realizados e maior eficiência na gestão dos recursos materiais da Unidade.

A contratação está alinhada ao planejamento institucional, que prevê a manutenção contínua da infraestrutura de apoio à pesquisa em condições adequadas de uso, assegurando o cumprimento dos cronogramas de campo e a execução dos projetos científicos. Trata-se de ação indispensável para evitar prejuízos às atividades experimentais, garantir a qualidade dos resultados obtidos e manter a produtividade das equipes técnicas.

A contratação de empresa especializada, mediante processo licitatório, assegura transparência, competitividade e isonomia, conforme o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (BCA nº 16/2024). O procedimento licitatório garante que a execução dos serviços ocorrerá por empresa tecnicamente apta e com capacidade demonstrada para atender às especificações da frota agrícola distribuída nos Campos Experimentais.

O agrupamento de itens justifica-se por estes serem complementares e por possibilitar a contratação de uma só empresa para o grupo/lote, o que facilita a execução e fiscalização do contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no conjunto de normas que regem as licitações e contratações no âmbito das empresas públicas federais, assegurando conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

A base normativa principal é a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), que estabelece o regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista e define as diretrizes aplicáveis às contratações de bens e serviços. Essa legislação é regulamentada pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, que detalha os procedimentos e critérios operacionais para a execução das contratações no âmbito das estatais.

A contratação observa também o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (BCA nº 16/2024), aprovado pela Resolução CONSAD nº 277/2024, que consolida as normas internas aplicáveis aos processos de aquisição e define as práticas de governança e conformidade adotadas pela Empresa.

Complementam o arcabouço normativo:

- Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte;
- Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta de serviços no âmbito da Administração Pública Federal;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que trata do planejamento das contratações e da elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Instrução Normativa nº 5/2017, aplicável aos procedimentos de gestão e fiscalização contratual;
- Resolução CGPAR nº 45/2022, que orienta as estatais sobre práticas de governança e conformidade.

O atendimento a esse conjunto normativo assegura que o processo licitatório e a execução contratual ocorram com segurança jurídica, transparência e alinhamento às diretrizes institucionais da Embrapa, garantindo regularidade e eficiência na prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

A contratação proposta, portanto, está integralmente amparada pelo ordenamento jurídico vigente, garantindo segurança legal, transparência e conformidade com os princípios e diretrizes que regem a atuação administrativa da Embrapa.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (DESCRIÇÃO DETALHADA)

Os serviços objeto deste Termo de Referência compreendem a execução de manutenção preventiva e corretiva em tratores e implementos agrícolas utilizados nas atividades operacionais e experimentais da Embrapa Semiárido. As intervenções deverão restabelecer as condições adequadas de funcionamento, desempenho e segurança dos equipamentos, garantindo a continuidade das rotinas de campo nos diversos ambientes experimentais.

A execução dos serviços deverá observar as recomendações técnicas dos fabricantes, as boas práticas de manutenção mecânica e agrícola e os padrões de desempenho compatíveis com a frota da Unidade.

4.1 Manutenção Preventiva

A manutenção preventiva compreende a realização periódica de inspeções, limpezas, ajustes e substituições programadas, de acordo com as recomendações de fábrica, horas de operação e condições de uso dos equipamentos. Inclui:

- substituição de óleos, fluidos e filtros;
- inspeção e ajustes em sistemas de arrefecimento, alimentação, ignição, elétricos e eletrônicos;
- verificação e calibração de pressões, vazões e componentes dos sistemas hidráulicos;

- revisão de articulações, folgas, correias, engates, buchas, conexões e pontos de lubrificação;
- testes operacionais após a conclusão de cada intervenção preventiva, realizados com observância das normas de segurança e procedimentos operacionais da Embrapa.

4.2 Manutenção Corretiva

A manutenção corretiva consiste nas intervenções destinadas ao restabelecimento do funcionamento dos equipamentos quando identificadas falhas, desgastes, quebras ou perda de desempenho. Inclui:

- diagnóstico técnico das causas da falha, incluindo diagnóstico eletrônico e leitura computadorizada quando aplicável;
- desmontagem e reparação dos sistemas afetados;
- substituição de componentes danificados ou fora de especificação;
- regulagens e ajustes necessários após a intervenção;
- testes operacionais para validação do reparo, com registro dos parâmetros avaliados e das condições de operação verificadas.

4.3 Abrangência dos Equipamentos

Os serviços compreendem os bens agrupados nos seis lotes definidos neste Termo de Referência, conforme detalhamento constante no Anexo I, incluindo:

- tratores agrícolas das marcas New Holland, Valtra, Agrale e Massey Ferguson;
- implementos agrícolas diversos, como grades, arados, plantadeiras, adubadeiras, pulverizadores, roçadeiras de arrasto, carretas, reboques, distribuidores, subsoladores, entre outros utilizados nos Campos Experimentais e na Sede da unidade.

Cada lote deverá ser atendido conforme sua composição e características técnicas. Havendo inclusão ou baixa patrimonial, o anexo correspondente deverá ser atualizado sem necessidade de aditivo contratual, mediante registro formal da fiscalização.

4.4 – Locais de Execução

Os serviços contratados deverão ser realizados:

- a) No Campo Experimental de Glória – Nossa Senhora da Glória-SE;
- b) Na oficina da contratada, quando tecnicamente justificado e mediante autorização prévia da fiscalização.

A contratada deverá possuir oficina equipada e em condições adequadas de operação, localizada:

- **em até 130 km do Campo Experimental de Glória (Nossa Senhora da Glória-SE).**

Essa exigência visa garantir tempo adequado de resposta, redução da indisponibilidade dos equipamentos e maior eficiência nas rotinas de manutenção.

4.5 Peças, Materiais e Insumos

A contratada deverá fornecer todas as peças, fluidos, componentes, filtros, correias, mangueiras e insumos necessários à execução das manutenções. As peças utilizadas deverão ser:

- novas,
- originais,
- genuínas,
- ou de primeira linha, com especificações equivalentes às originais, atendendo às normas aplicáveis (incluindo ABNT NBR 15296 quando pertinente).

É vedado o uso de peças reconcondicionadas, recicladas, remanufaturadas ou de origem duvidosa, salvo autorização expressa e formal da Embrapa.

A contratada deverá:

- garantir a rastreabilidade de todas as peças e materiais empregados;
- disponibilizar as peças substituídas para conferência da fiscalização;
- manter as peças removidas armazenadas em local seguro pelo prazo mínimo de 30 dias, salvo orientação diferente da fiscalização;
- permitir fiscalização técnica in loco da execução dos serviços;
- registrar todas as peças aplicadas na máquina, incluindo referências, número de série (quando houver) e data de instalação.

4.6 Serviços Abrangidos

Além das atividades gerais previstas neste item, a contratada deverá executar, sempre que necessário, os seguintes serviços especializados, sem caráter exaustivo:

- reparos mecânicos, elétricos, hidráulicos e estruturais;
- serviços de funilaria, soldagem e pintura;
- revisão dos sistemas de transmissão, direção, suspensão, freios e arrefecimento;
- intervenções nos sistemas de alimentação e injeção diesel, incluindo bombas, bicos injetores, linhas e componentes correlatos;
- retífica de motores, cabeçotes, válvulas e componentes associados;
- retífica de discos e campanas de freio;
- substituição de rolamentos, correias, buchas, articulações, mangueiras e itens de desgaste;
- reposição de peças e componentes de plantadeiras, adubadeiras, pulverizadores e demais implementos;
- ajuste e manutenção dos sistemas de escapamento, ventilação e condução de ar;
- revisão e manutenção de sistemas de climatização e ar-condicionado;
- serviços completos de borracharia, incluindo: Troca de pneus e câmaras, conserto de pneus, vulcanização, regulagem e reparo de rodas e aros;
- alinhamento, balanceamento, cambagem, caster e convergência;
- ajustes e reparos em engates, terceiros pontos, barras, hastes e articulações de implementos;
- revisão de sistemas de lubrificação automatizada, quando existentes;
- diagnóstico eletrônico de componentes, quando aplicável aos modelos mais recentes;

demais serviços correlatos necessários ao restabelecimento das condições operacionais dos equipamentos.

4.7 Transporte, Movimentação e Remoção dos Equipamentos

Sempre que necessário para execução do serviço, a contratada deverá realizar o transporte, remoção ou deslocamento dos equipamentos até sua oficina ou até estabelecimentos especializados, utilizando os meios adequados (plataformas, caminhões, guinchos ou equivalentes).

Caso o equipamento esteja impossibilitado de locomoção, a contratada deverá providenciar sua retirada segura, sem ônus adicional para a Embrapa.

Toda movimentação deverá atender às normas de segurança e preservar a integridade dos bens patrimoniais.

A contratada será responsável por danos decorrentes de movimentação inadequada.

4.8 Serviços Complementares de Terceiros

Quando a natureza do reparo exigir serviços especializados de terceiros, tais como:

- usinagem;
- torno;
- retífica;
- balanceamento;
- soldagem especializada;
- galvanização;
- manutenção especializada em sistemas de ar-condicionado de máquinas agrícolas (tratores);

A contratada deverá providenciar sua execução junto a empresas habilitadas, assumindo integralmente os custos, os prazos e a responsabilidade pela qualidade e pela garantia dos serviços realizados.

Os serviços executados por terceiros deverão atender aos mesmos padrões de qualidade exigidos para as manutenções realizadas diretamente pela contratada, integrando-se ao fluxo de execução e ao controle da fiscalização da Embrapa.

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado desta contratação foi definido com base na análise técnica da Equipe de Planejamento, considerando os registros históricos de manutenção da frota de tratores e implementos agrícolas da Embrapa Semiárido, bem como a caracterização atual dos equipamentos distribuídos nos Campos Experimentais de Bebedouro (PE), Mandacaru (BA) e Nossa Senhora da Glória (SE). A estimativa reflete o comportamento real de consumo de peças e serviços, o ritmo de utilização da frota e o desgaste decorrente das operações rotineiras de campo.

Foram considerados o ciclo de manutenções dos últimos anos, a distribuição da frota por marca e tipo de equipamento e a necessidade de intervenções mecânicas, elétricas e hidráulicas compatíveis com o uso contínuo em atividades agrícolas e experimentais. Para uniformizar os valores históricos e assegurar aderência às condições atuais de mercado, aplicou-se atualização monetária pelo IPCA acumulado até outubro de 2025, conforme divulgado pelo IBGE.

A estimativa está organizada de acordo com a divisão em seis lotes estabelecida no Estudo Técnico Preliminar, agrupando os equipamentos por marca e região de atendimento, o que permite maior precisão na projeção dos custos e melhor alinhamento às características operacionais de cada grupo de bens.

O detalhamento do histórico de gastos, dos critérios adotados para a consolidação dos valores e da memória de cálculo utilizada para a estimativa encontra-se registrado no Estudo Técnico Preliminar SEI nº 12874358, em anexo integrante do processo.

5.1. Metodologia de Construção da Estimativa

A metodologia adotada baseou-se na média histórica de custos de manutenção por equipamento, obtida a partir dos registros de contratos anteriores e dos dados administrativos consolidados. Foram consideradas as seguintes variáveis:

- **Nb** – número de bens pertencentes ao lote;
- **Mp** – média histórica de custos com peças por bem;
- **k** – razão média entre o custo de serviços e o custo de peças.

Os valores históricos que compõem essas médias foram atualizados monetariamente pelo IPCA acumulado até outubro de 2025, conforme divulgado pelo IBGE. O valor estimado de cada lote foi calculado mediante a seguinte fórmula:

VL = Nb x Mp x (1+k)

Onde:

- **VL** é o valor estimado do lote,
- **Nb** representa o número de bens,
- **Mp** representa a média histórica de peças, e
- **k** corresponde a proporcionalidade média de valores aplicados entre serviços (30%) e peças (70%) observada nos registros anteriores.

5.2. Valores Estimados por Lote

Com base na aplicação da metodologia descrita, os valores estimados para cada lote são apresentados no quadro a seguir:

Lote	Item	Objeto	Locais de Atendimento	(percentuais aproximados) Peças - 70% / Serviços (30%) (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)	Taxa de Desconto (%) Mínimo Aceitável	Valor da Hora (R\$) Máximo Aceitável
1	1	Fornecimento de peças, componentes e acessórios novos, genuínos ou originais para tratores da marca New Holland .	Campo experimental de Glória, (Nossa Senhora da Glória - SE)	33.331,00	47.641,00	9,10%	-----
	2	Prestação de serviços de manutenção preventiva ou corretiva para tratores da marca New Holland .		14.310,00 (54 h)		-----	R\$ 265,00
2	3	Fornecimento de peças, componentes e acessórios novos, genuínos ou originais para os Implementos Agrícolas , utilizados no Campo experimental de Glória.	Campo experimental de Glória, (Nossa Senhora da Glória - SE)	22.334,00	31.874,00	9,10%	-----
	4	Prestação de serviços de manutenção preventiva ou corretiva para os Implementos Agrícolas , utilizados		9.540,00 (36 h)		-----	R\$ 265,00

6. PROPOSTA DE PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 As propostas deverão ser apresentadas conforme modelo constante no Edital de licitação (Anexo II), contendo a descrição do objeto ofertado, a taxa de desconto sobre peças e o valor da hora de mão de obra, quando aplicável ao lote.

6.2. Para evitar a inviabilidade da execução dos serviços decorrente das despesas com o deslocamento dos equipamentos, APENAS PODERÃO SER ACEITAS PROPOSTAS DE EMPRESAS LOCALIZADAS NO RAIÃO DE 130 KM do Campo Experimental da Embrapa onde os equipamentos estão sendo utilizados

LOCALIZAÇÃO DO CAMPO EXPERIMENTAL:

RODOVIA SE - 175, POVOADO MESINHAS, FEIRA NOVA/SE - CEP 49.670-000

(Distâncias: 120 Km de Aracaju-SE e aproximadamente 12 Km de Nossa Senhora da Glória-SE)

6.2. As propostas serão enviadas exclusivamente pelo sistema eletrônico, juntamente com os documentos de habilitação, até a data e horário estabelecidos no edital da licitação. Após esse prazo, o envio será automaticamente encerrado.

6.3. Considerando experiências anteriores em contratações similares e visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, adotam-se para esta licitação critérios de julgamento estruturados de forma a equilibrar o custo global do lote e a efetiva competitividade entre as licitantes.

Os critérios contemplam a análise conjunta dos dois elementos ofertados pelas empresas, taxa de desconto aplicada às peças e valor da hora de mão de obra, de modo a refletir com precisão a composição real dos custos de manutenção e garantir que a proposta vencedora apresente o menor preço global estimado para cada lote.

o julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, sendo este calculado a partir de:

a) maior taxa de desconto sobre peças

aplicada sobre a tabela do FABRICANTE (ou outra equivalente que venha a substituí-la); e

b) menor valor da hora de mão de obra

a ser aplicado para execução dos serviços previstos no lote.

c) Devem ser observados o percentual mínimo aceitável para o desconto nas peças e o valor máximo aceitável para hora do serviço, conforme indicados na planilha do item 5.2.

6.4. Para efeito de avaliação das propostas, cada lote possuirá dois itens:

- Item Peças – avaliado pela maior taxa de desconto;
- Item Mão de Obra – avaliado pelo menor valor da hora.

6.5. Será vencedora a empresa que apresentar o menor preço global do lote, calculado a partir:

Preço Global = (Valor Estimado de Peças x (1 – Desconto)) + (Valor Estimado de Serviços x Valor da Hora)

6.6. Os valores estimados por lote (já estabelecidos no Item 4) serão utilizados apenas como referência para classificação das propostas, não vinculando a Administração.

6.7. Quadro de Julgamento

A seguir, apresenta-se a estrutura de julgamento para cada lote, conforme a metodologia do CPATSA:

LOTE 1 – Tratores New Holland – CEG/SE

Critério: MENOR PREÇO GLOBAL

Lote	Item	Descrição	Valor Estimado	Taxa de Desconto	Valor da Proposta
1	1	Fornecimento de peças			
	2	Prestação de serviços			

LOTE 2 – Implementos Agrícolas – CEG/SE

Critério: MENOR PREÇO GLOBAL

Lote	Item	Descrição	Valor Estimado	Taxa de Desconto	Valor da Proposta
2	3	Fornecimento de peças			
	4	Prestação de serviços			

6.8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O JULGAMENTO

a) A empresa poderá concorrer a um ou mais lotes.

b) Não haverá compensação entre lotes.

c) Será desclassificada a proposta que:

- ofertar desconto negativo,
- apresentar hora superior ao valor máximo aceitável,
- deixar de preencher corretamente o formulário disponível no edital.

d) Em caso de empate, aplica-se a Lei Complementar 123/2006.

e) A Embrapa poderá solicitar diligências para esclarecimentos, sem alteração de proposta.

7. HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, a empresa licitante deverá comprovar experiência na execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de tratores e implementos agrícolas, mediante apresentação de ao menos um atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, admitindo-se o somatório de atestados para demonstrar compatibilidade com as características e a complexidade dos lotes pretendidos. A licitante deverá ainda comprovar que exerce atividade compatível com o objeto por meio de CNAE relacionado à manutenção de máquinas e implementos agrícolas, bem como possuir ou manter oficina instalada dentro do raio máximo definido para cada lote e dispor de estrutura física, equipamentos e condições operacionais adequadas à execução dos serviços. Também deverá demonstrar que conta com equipe capacitada e com experiência compatível com as demandas previstas neste Termo de Referência.

8. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados durante a vigência contratual, mediante solicitações formais da fiscalização, que encaminhará as demandas pelos canais institucionais definidos. A contratada deverá confirmar o recebimento das solicitações e informar previsão inicial de atendimento. O atendimento ocorrerá preferencialmente em horário comercial, salvo situações justificadas que exijam resposta imediata para evitar a interrupção das atividades de campo.

Sempre que houver impedimentos, necessidade de deslocamento adicional ou previsão de atraso, a contratada deverá comunicar tempestivamente à fiscalização, apresentando estimativa atualizada de conclusão dos serviços. A execução deverá observar a rotina operacional da Unidade, assegurando fluxo contínuo de manutenção e condições adequadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas e experimentais.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DAS PEÇAS

O recebimento dos serviços e das peças fornecidas ocorrerá mediante apresentação dos relatórios de execução emitidos pela contratada e validados pela fiscalização. Esses relatórios deverão identificar o bem atendido, descrever detalhadamente as atividades realizadas, listar as peças substituídas e informar os valores de mão de obra e materiais empregados. Cada item deverá manter correspondência direta com a nota fiscal emitida, garantindo rastreabilidade entre o serviço executado e a cobrança apresentada. O recebimento somente será atestado após verificação da conformidade técnica e funcional do equipamento, da devolução das peças substituídas, ainda que inservíveis, e da comprovação de que o serviço foi executado de acordo com as condições estabelecidas. A fiscalização poderá rejeitar total ou parcialmente serviços ou peças em desconformidade, determinando a correção necessária antes do aceite definitivo.

10. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O contrato resultante deste Termo de Referência terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo previsto na legislação aplicável, desde que haja interesse da Administração, disponibilidade orçamentária e avaliação satisfatória da execução dos serviços. A prorrogação dependerá de justificativa técnica da área demandante, manifestação da fiscalização do contrato e manutenção, pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório.

A vigência contratual tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços, considerando que as atividades de manutenção são essenciais ao funcionamento dos campos experimentais e ao desenvolvimento das rotinas de pesquisa. As renovações somente serão realizadas mediante análise prévia do desempenho da contratada, regularidade da execução e atendimento adequado às demandas da Embrapa durante o período em curso.

O valor estimado apresentado neste Termo de Referência não caracteriza obrigação de contratação integral. A Embrapa realizará apenas as manutenções que se mostrarem necessárias ao longo da vigência contratual, conforme demanda efetiva e emissão de ordem de serviço, inexistindo garantia de utilização plena do valor estimado ou das quantidades sugeridas para referência. O pagamento será restrito aos serviços efetivamente executados, atestados pela fiscalização e devidamente registrados nas medições.

A formalização de cada prorrogação deverá ocorrer antes do encerramento da vigência em curso, por meio de termo aditivo específico, observando-se as regras do controle interno e as disposições previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (BCA nº 16/2024).

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente atestada pela fiscalização. Caso sejam identificadas inconsistências ou erros na Nota Fiscal, ela será devolvida para correção, e o prazo para pagamento passará a contar novamente somente após a reapresentação do documento corrigido. Se houver discordância apenas sobre parte dos serviços executados, o pagamento da parcela aceita será efetuado normalmente, desde que a contratada emita documento fiscal correspondente apenas ao valor aprovado pela fiscalização.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta indicada pela contratada, observadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente. Todas as declarações e documentos necessários ao processamento da despesa deverão ser apresentados conforme a regulamentação aplicável.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada com base nos relatórios apresentados pela contratada e validados pela fiscalização, devendo constar, para cada bem atendido, a identificação do patrimônio, a descrição objetiva dos serviços executados, a lista das peças substituídas com suas referências, os valores correspondentes a materiais e mão de obra e, quando aplicável, os prazos de garantia. Esses relatórios deverão refletir exatamente o que será posteriormente registrado na nota fiscal, garantindo alinhamento entre execução, medição e faturamento.

A emissão da nota fiscal deverá apresentar, de forma segregada, os valores referentes às peças e aos serviços, obedecendo à estrutura de medição estabelecida pela Embrapa e às naturezas de despesa correspondentes. Cada item faturado deverá estar vinculado ao número do patrimônio atendido e à ordem de serviço correspondente, assegurando a rastreabilidade das informações e o controle dos gastos.

A validação da medição será realizada pela fiscalização após conferência documental e, quando necessário, inspeção dos serviços concluídos. Não serão aceitos valores referentes a atividades não autorizadas, peças não entregues, serviços não executados ou divergências entre relatório, ordem de serviço e nota fiscal. Caso sejam constatadas inconsistências ou falhas, a fiscalização poderá determinar ajustes ou glosas parciais até a completa regularização das pendências.

O pagamento será efetuado somente após o atesto da fiscalização e a conformidade fiscal, observando os prazos contratuais. A contratante poderá promover as retenções tributárias previstas em lei e glosar valores quando identificadas inadequações técnicas, execução incompleta, peças divergentes das especificações ou descumprimento das condições estabelecidas. Em qualquer cenário, somente serão pagos serviços e materiais devidamente autorizados, executados e medidos.

13. REAJUSTE

Os preços contratados poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta, mediante aplicação do índice oficial adotado pela Embrapa para reajustes contratuais na data da solicitação, observada a legislação vigente. O reajuste somente será concedido mediante apresentação de

documentação comprobatória, manutenção das condições contratuais e aprovação da fiscalização. Não serão admitidos reajustes retroativos nem ajustes que modifiquem a natureza ou o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva em conformidade com as orientações da fiscalização, empregando procedimentos técnicos adequados e garantindo a integridade dos equipamentos atendidos. Todo serviço somente poderá ser iniciado após emissão de Ordem de Serviço formal, cabendo à contratada apresentar orçamento detalhado quando solicitado, com a indicação dos materiais e das horas necessárias para a execução.

É responsabilidade da contratada fornecer peças, componentes e acessórios originais, genuínos ou equivalentes de qualidade comprovada, devidamente acompanhados de nota fiscal e vinculados ao patrimônio atendido. Durante a vigência contratual, a empresa deverá manter estrutura operacional compatível com a demanda da Embrapa, assegurando oficina equipada, equipe técnica qualificada e profissional responsável pelo acompanhamento dos trabalhos.

Os equipamentos que necessitarem de remoção para a oficina deverão ser transportados pela contratada nos lotes em que essa obrigação estiver prevista, devendo ser devolvidos limpos, testados e em plenas condições de funcionamento. Toda manutenção deverá respeitar as normas de segurança do trabalho e de proteção ambiental, garantindo o uso de equipamentos de proteção individual, o manejo adequado de resíduos e a conservação dos bens sob sua responsabilidade.

A contratada deverá manter comunicação permanente com a fiscalização, informando o andamento das atividades e registrando eventuais impedimentos técnicos. Relatórios de execução deverão ser entregues ao final de cada atendimento, contendo a descrição dos serviços realizados, peças substituídas, valores correspondentes e prazos de garantia. As peças retiradas, ainda que inservíveis, deverão ser devolvidas à Embrapa para conferência e controle patrimonial.

Caso sejam constatadas falhas, vícios, erros de execução ou serviços prestados em desconformidade com as orientações recebidas, a contratada deverá refazer as atividades sem ônus adicional para a Embrapa, dentro do prazo definido pela fiscalização. É de responsabilidade exclusiva da empresa responder por danos causados a pessoas, bens ou instalações, bem como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

Durante toda a vigência, a contratada deverá manter válidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação e preservar o sigilo das informações técnicas e administrativas às quais tiver acesso. A empresa deve ainda cooperar com as vistorias da fiscalização, apresentando, sempre que solicitado, comprovação da procedência das peças, registros internos de manutenção e informações que subsidiem o acompanhamento contratual.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à Embrapa Semiárido assegurar o correto acompanhamento da execução contratual, adotando as providências necessárias para que os serviços sejam realizados conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A contratante deverá designar formalmente o fiscal do contrato e, quando necessário, subfiscais de apoio técnico, responsáveis por autorizar as manutenções, orientar a execução, validar as medições e registrar as ocorrências relevantes no processo administrativo.

É responsabilidade da contratante emitir as ordens de serviço que autorizem o início das atividades, especificando o bem patrimonial, a intervenção necessária e eventuais prioridades, além de analisar os orçamentos encaminhados pela contratada e autorizar, de forma expressa, serviços que envolvam custos adicionais. Também deverá garantir o acesso da contratada às áreas e equipamentos, entregando os bens limpos, identificados e com registros patrimoniais atualizados, especialmente nos casos dos lotes em que o transporte fica sob responsabilidade da Embrapa.

Durante a execução do contrato, a contratante deverá acompanhar o cumprimento dos prazos, monitorar a qualidade dos serviços prestados e comunicar formalmente qualquer situação que comprometa a continuidade das atividades. Caberá ainda manter atualizados os controles internos de manutenção e patrimônio, utilizando as informações constantes dos relatórios de medição, notas fiscais e ordens de serviço.

A Embrapa deverá atestar as medições e validar as notas fiscais para fins de pagamento, observando as condições contratuais e efetuando as retenções legais aplicáveis. Por fim, a contratante deverá assegurar que todas as etapas do contrato observem os princípios de legalidade, economicidade e transparência, adotando as providências necessárias para garantir a correta execução, preservação do interesse público e continuidade das atividades operacionais da Unidade.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA

A execução dos serviços deverá observar práticas que garantam o uso racional de recursos, a destinação ambientalmente adequada de resíduos e a adoção de medidas de segurança compatíveis com as normas vigentes. Todas as atividades deverão ser conduzidas de forma a prevenir impactos ambientais e assegurar condições de trabalho seguras aos profissionais envolvidos.

Durante as manutenções, a contratada deverá adotar procedimentos que evitem o descarte inadequado de óleos, filtros, graxas, fluidos e materiais contaminados, realizando sua coleta, armazenamento e encaminhamento conforme a legislação ambiental aplicável. Deverá também manter ambiente de trabalho organizado e seguro, garantindo que os serviços sejam executados dentro de padrões que evitem riscos operacionais e danos ao patrimônio.

Os trabalhadores envolvidos deverão estar devidamente capacitados, identificados, uniformizados e equipados com EPIs adequados às atividades desempenhadas, observando as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no que se refere à segurança em máquinas e equipamentos, ergonomia e manipulação de substâncias potencialmente nocivas.

As oficinas utilizadas na execução das manutenções deverão possuir infraestrutura compatível com a atividade, incluindo sistemas de contenção de resíduos, ventilação adequada e, quando necessário, licenças ou autorizações ambientais para funcionamento, garantindo conformidade com as políticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental da Embrapa.

17. CONDIÇÕES DE GARANTIA

I) GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS E DAS PEÇAS

A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados e das peças aplicadas durante toda a vigência do contrato, observando os prazos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência e as normas aplicáveis. O período de garantia será contado a partir da data de conclusão do serviço ou da instalação da peça no equipamento.

Os serviços realizados no motor, caixa de marchas e diferencial deverão possuir garantia mínima de 6 (seis) meses, abrangendo a correção, sem ônus para a Embrapa, de quaisquer falhas decorrentes de má execução, defeito de montagem, substituição inadequada de peças ou vícios identificados no componente reparado. Para os serviços de funilaria e pintura, a garantia mínima será de 12 (doze) meses, devendo a contratada corrigir trincas, descascamentos, falhas de aderência ou qualquer anomalia relacionada à aplicação.

Os demais serviços realizados, que não possuam garantia superior estabelecida pelo fabricante, deverão ter garantia mínima de 90 (noventa) dias, incluindo ajustes, regulagens, substituições de peças, correções estruturais e intervenções mecânicas ou hidráulicas. As peças aplicadas deverão seguir a garantia fornecida pelo fabricante, devendo a contratada providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Embrapa, sempre que ocorrerem defeitos dentro do período estabelecido pelo fornecedor.

Identificado qualquer vício durante a vigência da garantia, a contratada será notificada e deverá iniciar o reparo em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo impossibilidade técnica devidamente justificada e aceita pela fiscalização. Todo retrabalho deverá ocorrer exclusivamente às expensas da contratada, incluindo transporte, mão de obra, substituição de peças, materiais auxiliares e demais custos necessários à resolução do problema.

Ao término de cada intervenção realizada em sua oficina, a contratada deverá entregar certificado de garantia ou registrar, na própria nota fiscal, os prazos e condições aplicáveis aos serviços e às peças substituídas. Durante o período em que o equipamento permanecer nas dependências da contratada, deverá ser mantido em local coberto, protegido das intempéries, de modo a preservar sua integridade física até a devolução à Embrapa.

II) GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da Contratação, garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, na modalidade por ela definida, conforme opções listadas abaixo, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste Termo de Referência e do nstrumento contratual, observadas as condições para sua aceitação estipuladas abaixo, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro - garantia;
- c) fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo para apresentação do comprovante de prestação da garantia poderá ser prorrogado a critério da Embrapa por igual período, contado da assinatura do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Embrapa a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

PARÁGRAFO QUARTO. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO QUINTO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Embrapa ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Embrapa à CONTRATADA;

PARÁGRAFO SEXTO. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da Embrapa.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no PARÁGRAFO QUINTO acima.

PARÁGRAFO OITAVO. No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

PARÁGRAFO NONO. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Embrapa**, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- b) no prazo superior a 90 (noventa) após o término da vigência, caso a **Embrapa** não comunique a ocorrência de sinistros.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. A garantia prestada será restituída (e/ou liberada) desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela **Embrapa** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

18. MATRIZ DE RISCOS

A Matriz de Riscos tem como finalidade identificar os eventos que podem interferir na execução dos serviços e definir como cada parte deve atuar para prevenir ou reduzir seus impactos. O equilíbrio do contrato é preservado quando as responsabilidades previstas nesta Matriz são observadas. Cada risco é direcionado à parte que possui melhores condições de administrá-lo durante a execução dos serviços, mantendo a cooperação e a comunicação contínua entre contratada e contratante.

Matriz de Riscos Simplificada

Categoria do Risco	Descrição do Evento	Probabilidade	Responsabilidade	Estratégia de Mitigação
Operacional	Falhas durante a execução dos serviços, retrabalho ou atrasos decorrentes de dificuldades técnicas.	Média	Contratada	Manter equipe capacitada, comunicar impedimentos e ajustar cronogramas com a fiscalização.
Logística	Atrasos no deslocamento da equipe ou na retirada/devolução de máquinas.	Média	Contratada	Planejamento prévio e comunicação tempestiva à fiscalização.
Fornecimento	Indisponibilidade de peças ou insumos necessários à manutenção.	Média	Contratada	Buscar fornecedores alternativos e informar prazos previstos de entrega.
Garantia	Defeitos ou falhas relacionadas a serviços ou peças substituídas.	Baixa	Contratada	Cumprir prazos e procedimentos de garantia previstos no Termo.
Institucional	Impedimentos temporários de acesso às áreas experimentais ou alterações no cronograma de campo.	Baixa	Contratante	Ajustar cronogramas e comunicar previamente à contratada.

19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada por fiscal designado formalmente pela Embrapa Semiárido, que atuará como responsável técnico pela verificação da conformidade dos serviços e pelo controle da adequada prestação das atividades previstas neste Termo de Referência. O fiscal deverá monitorar continuamente as ordens de serviço emitidas, conferir a execução realizada, validar as medições apresentadas e registrar eventuais ocorrências que interfiram no andamento do contrato.

Compete à fiscalização orientar a contratada quanto aos procedimentos operacionais, solicitar esclarecimentos sempre que necessário e assegurar que as intervenções respeitem os padrões técnicos, as normas de segurança e as especificações estabelecidas pela contratante. A fiscalização deverá conferir a compatibilidade entre os serviços executados e os relatórios apresentados, avaliando a pertinência de peças substituídas, a coerência dos valores informados e o cumprimento dos prazos estabelecidos para manutenção preventiva e corretiva.

Sempre que constatadas falhas, atrasos injustificados ou divergências entre o executado e o autorizado, a fiscalização poderá determinar a correção imediata dos serviços, solicitar refazimento quando necessário e recomendar glosas parciais ou totais dos valores apresentados até que a situação esteja regularizada. As interações, ocorrências e decisões da fiscalização deverão ser registradas formalmente no processo administrativo, garantindo a rastreabilidade e a transparência das informações.

A atuação da fiscalização não afasta a responsabilidade integral da contratada pela execução adequada dos serviços, pela qualidade técnica das intervenções e pela observância das normas aplicáveis. A contratada permanece responsável pelos resultados entregues, pelos danos eventualmente causados e pela integridade dos bens sob sua custódia durante as manutenções.

20. ACOMPANHAMENTO E MEDIÇÃO DOS RESULTADOS

- 20.1. O acompanhamento da execução dos serviços e o controle da qualidade contratual serão realizados com base no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, constante no Anexo II deste Termo de Referência.
- 20.2. O IMR estabelece indicadores objetivos de desempenho, metas, forma de verificação e fatores de ajuste aplicáveis sobre o valor apurado no período.
- 20.3. Compete à Fiscalização Administrativa e Técnica consolidar as informações relativas às Ordens de Serviço emitidas, registrar ocorrências verificadas durante a execução e apurar o desempenho da contratada.
- 20.4. O desempenho apurado será convertido em fator de ajuste incidente sobre o valor apurado dos serviços, conforme previsto no IMR, sendo o pagamento calculado pela seguinte fórmula:

Valor Devido = Valor Apurado × Fator de Ajuste

- 20.5. A contratada deverá atender às solicitações de reaprupo técnico, correções ou reexecução de serviços, sem ônus para a Contratante, quando constatada execução insatisfatória ou em desconformidade com as especificações.
- 20.6. Eventuais falhas ocorridas na execução deverão ser registradas em termo próprio, contendo descrição do fato e ciência do preposto da contratada.
- 20.7. Havendo discordância, a contratada poderá apresentar justificativa formal ao Gestor do Contrato, que analisará a pertinência da aplicação do fator de ajuste.
- 20.8. O IMR poderá ser atualizado durante a execução contratual, quando comprovada maior eficiência do novo modelo, desde que observados os princípios de proporcionalidade, transparência e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

21. SANÇÕES E PENALIDADES CONTRATUAIS

O descumprimento das obrigações assumidas pela licitante e, posteriormente, pela contratada poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, observadas a legislação vigente, o contraditório e a ampla defesa. Durante a fase licitatória, poderão ser aplicadas penalidades às licitantes que apresentarem documentos falsos, realizarem lances ou propostas inexequíveis, deixarem de manter as condições de habilitação ou praticarem qualquer conduta que comprometa a lisura do certame, podendo resultar em advertência, multa e impedimento temporário de licitar e contratar com a Embrapa, conforme previsto no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (BCA nº 16/2024).

No âmbito contratual, a contratada estará sujeita a advertência formal, glosa parcial ou total de valores, multa, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Embrapa, além de declaração de inidoneidade, quando caracterizado descumprimento total ou parcial das obrigações acordadas, atraso injustificado, execução inadequada dos serviços ou desrespeito às determinações da fiscalização. Em caso de atraso na execução, será aplicada multa de mora calculada sobre o valor do serviço não executado no prazo, sem prejuízo da cobrança de indenizações suplementares caso os danos ultrapassem o valor da penalidade aplicada.

A penalidade de **MULTA** será aplicada conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, bem como das demais penalidades previstas em Lei:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	(0,5% do valor total registrado em contrato)
2	(1% do valor total registrado em contrato)
3	(1,5% do valor total registrado em contrato)
4	(2% do valor total registrado em contrato)
5	(5% do valor total registrado em contrato)
6	(10% do valor total registrado em contrato)

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Executar serviço com atraso em relação ao prazo estipulado	2	Por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição indevida de material.	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	Por dia
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
8	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
10	Manter sede ou filial de atendimento no raio de distância exigido no edital e seus anexos.	1	Por ocorrência e

			por dia	
--	--	--	---------	--

A penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** consiste no impedimento de licitar e contratar com a Embrapa, descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total registrado em contrato e demais cominações legais, e caracteriza-se nos casos de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas contratualmente.

Será considerada inexecução parcial ou total se o CONTRATADO restar enquadrado em pelo menos 1 (uma) das situações abaixo:

Tabela 3

Grau	Quantidade de infrações	
	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	07 ou mais	12 ou mais
2	06 ou mais	11 ou mais
3	05 ou mais	10 ou mais
4	04 ou mais	07 ou mais
5	03 ou mais	05 ou mais
6	02 ou mais	03 ou mais

Também será considerada inexecução parcial ou total, se no conjunto das infrações constantes na tabela 3, o CONTRATADO for apenado com multa igual ou superior a 8% (inexecução parcial) e multa igual ou superior a 12% (inexecução total) do valor total do contrato.

A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

O valor total das multas, aplicadas na vigência deste, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total registrado em contrato, o que ensejará a sua rescisão.

As multas deverão ser recolhidas na conta única UG e Gestão da Embrapa, através de GRU, mediante Comprovante de Recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da intimação, podendo a Embrapa descontá-las, na sua totalidade ou em parte, do pagamento a ser efetuado à da contratada e/ou da garantia prestada (quando for o caso).

Se o valor a ser descontado pela Embrapa for insuficiente, ficará a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 5 (cinco) dias, contados da comunicação oficial.

A reincidência em falhas, a execução de serviços em desconformidade com os padrões técnicos exigidos ou a recusa injustificada em realizar o refazimento dos serviços poderão resultar na RESCISÃO CONTRATUAL, cumulada com as penalidades cabíveis. Todas as penalidades serão formalizadas por meio de processo administrativo próprio, com comunicação à contratada para apresentação de defesa no prazo regulamentar. A aplicação de multas ou demais sanções não exime a contratada da responsabilidade civil por danos causados à Administração ou a terceiros.

22. RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato poderá ocorrer por iniciativa da contratante ou da contratada, mediante justificativa formal e observância das hipóteses previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (BCA nº 16/2024) e em demais normas aplicáveis. A rescisão poderá ser motivada por inexecução total ou parcial dos serviços, atraso injustificado na realização das atividades, descumprimento das condições técnicas pactuadas, falência, dissolução da empresa ou qualquer situação que inviabilize a continuidade da execução contratual.

Quando a rescisão decorrer de falhas imputáveis à contratada, serão aplicadas as penalidades cabíveis e adotadas as medidas necessárias à preservação da continuidade operacional da Unidade, assegurando-se o direito de defesa da empresa, sem prejuízo da cobrança de eventuais prejuízos causados à Administração. Caso a rescisão decorra de interesse público devidamente motivado ou de circunstâncias alheias à responsabilidade da contratada, será devido apenas o pagamento proporcional aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização até a data da rescisão, não havendo direito a indenizações adicionais.

A decisão de rescisão deverá ser formalizada em termo próprio, instruído com as manifestações da fiscalização, da gestão do contrato e da área demandante, garantindo a rastreabilidade e a motivação administrativa. A contratada deverá adotar todas as providências necessárias para devolução dos bens sob sua responsabilidade, entrega das peças substituídas e apresentação de relatório final contendo a situação dos equipamentos atendidos, de forma a permitir o encerramento adequado do contrato e assegurar a integridade do patrimônio público.

A rescisão por conveniência administrativa poderá ser aplicada quando constatada a perda de interesse da Unidade na continuidade do serviço, alterações nas condições técnicas ou orçamentárias que fundamentaram a contratação, ou ainda quando houver inviabilidade de execução por fatores externos. Nessas hipóteses, a contratante promoverá a finalização contratual assegurando a transição ordenada das atividades e a proteção dos bens públicos sob manutenção.

23. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO – PAA

Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, descumprimento das condições estabelecidas ou qualquer irregularidade que possa comprometer o contrato, a Embrapa poderá instaurar Processo Administrativo de Apuração. O procedimento será conduzido conforme a normativa interna aplicável, garantindo à contratada a oportunidade de apresentar esclarecimentos e corrigir eventuais inconsistências. A adoção do PAA não impede outras providências previstas no contrato ou na legislação vigente, quando necessárias para assegurar a adequada execução dos serviços.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

A execução dos serviços descritos neste Termo de Referência deverá observar, em todas as suas etapas, a legislação aplicável, as normas internas da Embrapa e as condições estabelecidas no instrumento contratual. As comunicações formais entre a contratante e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio do processo eletrônico SEI ou de e-mail institucional, devendo todas as orientações, autorizações, solicitações e registros de execução permanecer arquivados no processo para garantir rastreabilidade e transparência administrativa.

Qualquer situação não prevista expressamente neste Termo de Referência será analisada pela fiscalização e pela gestão do contrato, podendo ser encaminhada às áreas competentes da Unidade, inclusive para manifestação jurídica, quando necessário. As decisões administrativas serão orientadas pelos princípios de legalidade, economicidade e interesse público, preservando a continuidade das atividades operacionais e experimentais da Embrapa Semiárido.

O Termo de Referência integra o contrato e constitui referência obrigatória para sua execução, acompanhamento e fiscalização, devendo ser observado de forma integral durante toda a vigência contratual. A assinatura do contrato implica a aceitação plena das condições aqui descritas e o compromisso das partes com o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

25. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Nome: **Aurélio Antas Miguel**
Cargo: Analista A
Matrícula: 346630

Nome: **Fábio de Moura**
Cargo: Assistente A
Matrícula: 320974

Nome: **Luis Henrique Bezerra Cabral**
Cargo: Assistente A
Matrícula: 331596

Nome: **Welisvaldo Gonçalves Cunha**
Cargo: Analista A
Matrícula: 319769

26. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

Luis Magno S. de Menezes
Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Semiárido

27. LOCAL E DATA

ANEXO I - COMPOSIÇÃO DOS LOTES E RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

LOTE 1 – Tratores New Holland – CEG/SE

ITENS	Nº PATRIMONIAL	DESCRIÇÃO
1	1608998	Trator agrícola a diesel, modelo TL75E marca New Holland
2	1609143	Trator agrícola a diesel, modelo TL75E marca New Holland

LOTE 2 – Implementos Agrícolas – CEG/SE

ITENS	Nº PATRIMONIAL	DESCRIÇÃO
1	16012764	Betoneira . cap 400 litros modelo m-400 cor amarela 220 VOLTS
2	16013341	Carreta agrícola tipo basculante tratorizada 04 pneus modelo ABCBH4
3	16013238	Carreta agrícola tipo basculante tratorizada 04 pneus modelo ABCBH4
4	1601328	Colheitadeira colheitadeira - ensiladeira tratorizada mr NOGUEIRA
5	1609143	Cultivador . adubador com cobertura de 06 linhas tratorizado MO
6	1608998	Debulhador de milho mecânico elétrico / modelo dm 50 marca TRAPP
7	16013256	Debulhador debulhador de milho dm 50 marca TRAPP
8	16013384	Ensiladeira . colhedora de forragem área total tratorizada
9		
10	132250	Grade de arado 14 discos modelo gaicr cor verde marca PICCIN
11	16012724	Grade de arado marca BALDAN
12	1613250	Grade de arado tratorizada 12 discos modelo sans marca TATU
13	1604379	Grade niveladora tratorizada 28 discos modelo sp de 28 série 602244
14	16013096	Plantadeira . semeadeira sfil motor gx200 modelo 2000
15	16013743	Plantadeira . tratorizada semeadora adubadora cap 35 litros
16	16013744	Plantadeira plantadeira semeadora adub.200 stara sfil motor gx200 HONDA
17	1607245	Pulverizador agrícola tratorizado modelo p226420 capacidade 600 litros C
18	1613262	Riscador cultivador tratorizada com molas flexíveis marca YAMASHITA

19	16012487	Roçadeira . frontal cor vermelha série 14/77 mr moldemaq TRA
20	16013385	Triturador triturador de forragem m/trapp TOYAMA
21	1613680	Triturador triturador de forragem m/trapp-TOYAMA
22	1613681	Triturador triturador de forragem m/trapp-TOYAMA
23	1613682	Vagão forrageiro tratorizado cap 1,5m3 mod df-800 mr da ENGENHARIA
24	1613932	Vagão vagão misturador tratorizado marca JF

ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. OBJETIVO

Avaliar, de forma objetiva, o desempenho da contratada na execução dos serviços de manutenção de máquinas e implementos agrícolas, considerando prazo, qualidade, conformidade técnica e documentação.

2. INDICADORES DE DESEMPENHO			
Indicador	Descrição	Meta	Forma de Verificação
Prazo de atendimento	Início do serviço dentro do prazo definido na Ordem de Serviço	≥ 90% das OS	Registro de OS
Qualidade do serviço	Serviço entregue sem necessidade de retrabalho	≥ 95%	Relatório da fiscalização
Conformidade técnica	Pecas e serviços conforme especificação	100%	Conferência técnica
Documentação	OS, relatórios e medições completas	100%	Checklist da fiscalização

3. APURAÇÃO DO DESEMPENHO

O desempenho global será obtido pela média simples dos percentuais alcançados em cada indicador.

4. FAIXAS DE DESEMPENHO E FATOR DE AJUSTE	
Desempenho Global	Fator de Ajuste
≥ 95%	1,00
90% a 94%	0,95
85% a 89%	0,90
< 85%	0,85

5. APLICAÇÃO DO FATOR

O fator de ajuste será aplicado sobre o valor apurado no período, conforme fórmula:

Valor Devido = Valor Apurado × Fator de Ajuste

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO

- Requisito 1
- Requisito 2
- Requisito

ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/____ –_____, apresento nossa proposta de preço para _____, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Descrição	Locais de Atendimento	Estimativa Valor/Hora	Desconto/Valor	Valores Desconto/Hora	Valor Total
		Fornecimento de peças...			Desconto: ____%		
		Prestação de Serviços...		-----	Valor Hora: ____		

PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço da proposta R\$ _____ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital.

A entrega dos produtos ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____ de _____ de ____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO IV – Instrumento de Contratação

Minuta de Contrato

Código SAIC	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CUMULADA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA OS TRATORES, IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE PROPRIEDADE DA EMBRAPA SEMIÁRIDO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa E A _____, PARA OS FINS QUE MENCIONA.
-------------	---

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, instituída por força do disposto na Lei nº 5.851, de 7.12.1972, por intermédio de sua Unidade Embrapa Semiárido, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0041-08, sediada em Petrolina(PE), estabelecida na Rodovia BR 428, km 152, Zona Rural, CEP 56.334-899, neste ato representada na forma do inciso IV do artigo 33 do seu Estatuto por seus representantes legais, devidamente qualificados nos termos do Anexo I;

De outro lado a empresa _____, empresa inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na cidade de _____, no endereço: _____ - Cidade _____, CEP: _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) seu _____, Sr(a) _____, devidamente qualificado no Anexo I.

Resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CUMULADA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA OS TRATORES, IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE PROPRIEDADE DA EMBRAPA SEMIÁRIDO**, que será regido pela da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e pela Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed.. 77, Seção:1, pg. 6 disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).), doravante denominado “Regulamento” e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de manutenção preventiva e corretiva em tratores e implementos agrícolas, compreendendo manutenção mecânica, hidráulica, elétrica, eletrônica, funilaria e pintura incluindo o fornecimento de peças genuínas, originais ou de qualidade equivalente, de acordo com as demandas da Embrapa Semiárido e dos seus Campos Experimentais, observando as condições técnicas e operacionais necessárias ao pleno funcionamento da frota utilizada nas atividades de pesquisa e apoio operacional, em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº _____/2026 – Embrapa Semiárido, observadas as demais especificações e disposições do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os tratores e implementos registrados no Anexo I do Termo de Referência refletem a situação atual da frota da Embrapa Semiárido, a qual poderá ser alterada durante o período de execução contratual, não caracterizando, por si só, o acréscimo ou supressão dos quantitativos contratados, pois as métricas contratadas se baseiam em quantitativo estimado de horas de serviços e valor estimado para aquisição de peças, não havendo uma relação direta com a quantidade de máquinas e implementos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As quantidades previstas no presente Contrato são estimativas, para um período de 12 (doze) meses, e a Embrapa Semiárido se reserva o direito de executar em cada item, quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou abster-se de executar algum item especificado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 13.303/2016, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, Norma nº 037.011.003.001, aprovado pela RC Nº 277 - BCA 16/2024, datado de 28.03.2024(parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).) e vincula-se para todos os fins de direito ao processo de contratação SEI nº _____ e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Prestação do Serviço

Os serviços ora contratados são os listados no **item 4** do Termo de Referência (doc. SEI _____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças necessárias e suficientes ao perfeito funcionamento dos tratores e implementos indicados neste Contrato, na condição de novas, não sendo aceito sob qualquer hipótese peças recicladas, recondicionadas ou remanufaturadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A CONTRATADA deverá apresentar orçamento prévio das peças e acessórios novos originais, genuínos ou de qualidade equivalente, ou de qualidade equivalente a serem utilizados, para análise e aprovação da Embrapa, constando: o nome da peça e, no que couber, capacidade, referência, modelo, etc. No

orçamento constará a identificação da máquina ou implemento, os serviços executados, o tempo de execução, conforme Tabela de Tempo Padrão de Reparo, o valor da hora/serviço, os códigos das peças e respectivas descrições, a indicação de “genuína”, “original” ou “de qualidade equivalente”, os valores unitários, o desconto aplicado e o valor total.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O valor a ser pago pela peça a ser substituída será obtido pela aplicação do percentual de desconto homologado na licitação sobre o valor da peça, que será apresentado na forma do edital.

PARÁGRAFO QUARTO. A Embrapa reserva-se o direito de efetuar orçamento, toda vez que julgar que o preço ofertado pela CONTRATADA for superior aos praticados no comércio local, mesmo que esses preços tenham sido extraídos das tabelas dos fabricantes.

PARÁGRAFO QUINTO. Serão substituídas todas as peças sempre que necessário ao perfeito funcionamento das máquinas e implementos mediante aprovação do orçamento pela Embrapa.

PARÁGRAFO SEXTO. A Embrapa Semiárido poderá, a qualquer momento, solicitar à CONTRATADA a verificação das peças instaladas.

PARÁGRAFO SÉTIMO. No momento da execução do Contrato, ou seja, na hora da elaboração do orçamento pela licitante CONTRATADA, a mesma entregará a Embrapa orçamento e Tabela da Fabricante, contendo o preço da reposição de peça genuína, o preço da reposição de peça original ou o preço da reposição da peça de qualidade equivalente do fabricante de peças. A Embrapa Semiárido analisará os preços, assim como o bem em que será realizada a manutenção e reposição de peças (levando em consideração o ano e o estado do bem) e decidirá formalmente qual peça a licitante vencedora aplicará.

PARÁGRAFO OITAVA. Não sendo possível a apresentação da Tabela da Fabricante, a CONTRATADA apresentará formalmente justificativa sobre a referida impossibilidade, que será analisada pela Embrapa podendo ser ou não aceita, e 3(três) propostas referentes ao preço de reposição da peça genuína, original ou de qualidade equivalente dos fabricantes das peças, cabendo a Embrapa Semiárido analisar as propostas e optar pelo menor preço.

PARÁGRAFO NONO. Os procedimentos para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como as condições para fornecimento de peças, deverão observar o disposto no **Item 8**, do Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO. O recebimento do serviço se dará conforme as condições constantes no **item 9** do Termo de referência.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações Especiais:

Independentemente das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, as partes obrigam-se, especialmente, a:

I – Da CONTRATADA:

01. Caberá à CONTRATADA realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos e acessórios que se fizerem necessários, de acordo com a proposta apresentada e com o constante neste instrumento, ficando ao seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento.

02. Seguir rigorosamente as condições para a prestação dos serviços mencionados neste Contrato e no Termo de Referência.

03. Executar os serviços contratados, por profissionais especializados, podendo subcontratá-los parcialmente desde que às suas expensas, nos casos em que comprovadamente não possa executá-los. A subcontratação somente poderá ser realizada mediante prévia autorização da Embrapa.

04. Em havendo subcontratação, a empresa deverá apresentar documento relacionando o(s) nome(s) da(s) subcontratadas, CNPJ, endereço completo, nome do responsável e respectivas declarações de que prestará os serviços nas máquinas e implementos, a mando e responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer tipo de vínculo com a Embrapa.

05. Responsabilizar-se, no caso de subcontratação parcial, pela prestação e qualidade dos serviços, com a ressalva de que a subcontratação não produzirá nenhuma relação jurídica entre a EMBRAPA e a empresa subcontratada, não cabendo a esta demandar contra o EMBRAPA por qualquer questão relativa ao vínculo que mantém com a CONTRATADA.

06. Assumir todos os custos ou despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes desta contratação.

07. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços subcontratados diretamente à Embrapa, como se executado os tivesse.

08. Manter durante a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que solicitados os comprovantes de regularidades fiscais e trabalhistas.

09. Sujeitar-se a mais ampla fiscalização por parte da Embrapa, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, observando-se as leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis ao caso de demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto desse Contrato, ficando, ainda, a Embrapa isenta de qualquer vínculo empregatício.

11. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes a tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas e outros que forem devidos.

12. Não ultrapassar o período (hora-técnica) necessário para execução dos serviços conforme previsto na Tabela de Tempos Padrão de Reparo.

13. Receber as máquinas e implementos da Embrapa para execução dos serviços de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 08h às 16h.

14. Possuir equipe técnica formada por profissionais qualificados para as diversas atividades de manutenção, observado os procedimentos recomendados pelos fabricantes.

15. Iniciar os serviços somente após aprovação expressa do orçamento pela EMBRAPA, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA qualquer serviço executado sem prévia aprovação, sem ônus para a EMBRAPA.

16. Apresentar orçamento dos serviços demandados, sempre que solicitado pela Embrapa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

17. Proceder à manutenção corretiva mediante chamado da Embrapa, a qual terá por finalidade corrigir falhas, efetuando os necessários ajustes, reparos e consertos.

18. Responsabilizar-se integralmente pelas máquinas e implementos recebidos da EMBRAPA, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possíveis sub-licitante vencedoras ou terceiros, desde o momento do recebimento da máquina ou implemento para orçamento até a entrega do bem à EMBRAPA.

19. Proibir que seus funcionários façam uso dos bens pertencentes à Embrapa, em caráter particular ou em atividades que não sejam de realização de teste mecânico.

20. Indicar apenas funcionários habilitados e capacitados para a condução das máquinas e implementos da Embrapa.

21. Indicar à EMBRAPA, no início da execução do Contrato, o nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao setor responsável pela fiscalização do Contrato.

22. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, documentos que comprovem a procedência das peças que necessitarem ser substituídas.

23. Por ocasião da conclusão da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá devolver as máquinas e implementos **devidamente limpos**, no mesmo estado de conservação e limpeza que recebeu.

24. Providenciar e utilizar materiais de proteção específicos para evitar sujeira e arranhões que podem ser ocasionados durante os serviços.

25. Emitir nota fiscal de serviço para mão-de-obra prestada e nota fiscal de materiais para reposição de peças e acessórios, contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos.

26. Devolver, sempre que solicitado pela Embrapa as peças substituídas, ainda que inservíveis, juntamente com a embalagem da peça aplicada.

27. Facilitar as diligências realizadas pela equipe da Embrapa sempre que esta entender necessária a realização de vistorias nos serviços em andamento, instalações físicas e manutenção das condições exigidas neste Edital.

28. Manter na estrutura física da oficina, plano de prevenção e combate a incêndio aprovado pelo órgão competente.

29. Manter oficina para a prestação dos serviços indicados neste Contrato durante a vigência do Contrato, no raio de distância estabelecido no item 4.4 do Termo de Referência.

30. Todo material necessário à manutenção preventiva e corretiva deverá ser fornecido pela CONTRATADA, que, face às obrigações assumidas, deverá dispor de todas as ferramentas, equipamentos, instalações, etc., adequados ao tipo de serviço a ser realizado.

31. A CONTRATADA responderá pelos danos causados as máquinas ou implementos da EMBRAPA, quando resultantes de dolo ou da ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos.

32. A CONTRATADA deverá fornecer à Embrapa todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos.

33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos serviços e peças orçados e aprovados pela Embrapa.

34. Executar todos os serviços em suas dependências, com exceção daqueles que, por dificuldade/impossibilidade de deslocamento da máquina para manutenção corretiva nas dependências da CONTRATADA, haja a possibilidade de ser deslocado um técnico da CONTRATADA para verificação do problema no local da ocorrência, ou ainda, daqueles que justificadamente e autorizados tenham que ser subcontratados.

35. Adotar as tabelas de preços de peças, eventualmente divulgados pelos fabricantes, tanto das peças genuínas como originais, fornecendo inclusive para a Embrapa cópia das mesmas.
36. Dispor de área física adequada para a prestação dos serviços, guarda e conservação das máquinas e implementos, devendo ser em área coberta com total segurança e ainda deverão ficar em abrigo do sol e da chuva em tempo integral, enquanto estiverem sob a responsabilidade da CONTRATADA.
37. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, inclusive aos decorrentes de serviços prestados ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo depois do vencimento do Contrato.
38. Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços;
39. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares, de primeira linha e de primeiro uso, desde que atendidas às recomendações do fabricante das máquinas e implementos, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita da EMBRAPA.
40. Assumir as responsabilidades de tráfego, desde que praticada por seus empregados e ocorrer quando o bem estiver sob a responsabilidade da CONTRATADA.
41. Apresentar sempre que solicitados documentos e/ou notas fiscais que comprovem a procedência/origem das peças destinadas à substituição.

II – Da Embrapa:

01. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA realize os serviços contratados, dentro das condições estabelecidas no Contrato.
02. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, desde que os serviços executados estejam de acordo com o estabelecido no presente Contrato e no Termo de Referência.
03. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços ou fornecimento, principalmente quanto aos resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e qualidade demandada; à quantidade e qualidade dos recursos materiais utilizados; à adequação dos serviços prestados; ao cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, e demais aspectos em desacordo com o Edital e seus anexos.
04. Exigir a comprovação de que durante a vigência do Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.
05. Caberá à Embrapa formalizar a atualização da relação das máquinas e implementos oficiais que irão realizar as manutenções por intermédio da contratação, durante a vigência do Contrato, principalmente quando se tratar de inclusão de novos bens, quando necessário (respeitando a garantia dos fabricantes), ou a exclusão dos atuais já relacionados.
06. Solicitar e analisar os orçamentos de serviços, peças e acessórios apresentados pela CONTRATADA, antes da execução, rejeitando-o quando verificar falhas ou inconsistências.
07. Testar as máquinas e implementos reparados na presença dos representantes da CONTRATADA.
08. Receber as máquinas e implementos reparados ou revisados pela CONTRATADA, por intermédio do representante legal nomeado para acompanhamento dos serviços.
09. Notificar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – Das Condições de Garantia e Assistência Técnica

As condições de Garantia técnica e Garantia de execução contratual estão determinadas no item 17 do Termo de Referência

CLÁUSULA SEXTA– Da Gestão e Fiscalização do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal técnico do Contrato. E será exercida em conformidade com o **item 19** do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATADA deverá indicar, no início da execução do Contrato, o nome de seu preposto, empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações e transmiti-las ao setor responsável pela fiscalização do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Sanções Administrativas

A caracterização das sanções e penalidades decorrentes da inadimplência na execução da obrigação assumida, após o recebimento da OCS, bem como os critérios de aplicabilidade, estão previstas no **item 21 do Termo de Referência**.

CLÁUSULA OITAVA – Do Refazimento dos Serviços

Os serviços porventura executados em desacordo com o presente Contrato e/ou não aprovados pela **Embrapa** serão refeitos pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus adicional para a **Embrapa**, ato contínuo à constatação das falhas e em prazo não superior a 05 (cinco) dias, não sendo permitida a acumulação da continuidade de novas etapas do trabalho e dos respectivos honorários, enquanto estiverem sendo refeitos os serviços reprovados.

CLÁUSULA NONA – Do Preço

A **Embrapa** pagará à **CONTRATADA** o(s) seguinte(s) preço(s) e quantidades estimado(s):

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)/ QUANTIDADE (h)	VALOR DESCONTO_% SOBRE PREÇO PEÇAS/ VALOR HORA DE SERVIÇO(R\$)	VALOR ITENS
1	1	Fornecimento de peças para as máquinas e implementos da frota da Embrapa Semiárido, baseada na tabela de preços ao varejo das peças e acessórios genuínos ou originais do fabricante, para um período de 12 (doze) meses.	R\$	R\$ (desconto)	R\$ (A)
	2	Mão de obra especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva tratores, implementos e	h	R\$	R\$ (B)

		máquinas agrícolas da Embrapa Semiárido.			
2					
TOTAL					R\$

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global estimado (A) + (B) do presente Contrato em **R\$** _____ (_____), considerando a mão-de-obra/hora mais as peças e acessórios, nos 12 (doze) meses de sua execução, já incluso os impostos, taxas, encargos sociais e administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Pagamento

Os critérios de aferição e medição para faturamento e respectivo pagamento estão definidos conforme o Item 12 do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados após liberação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo fiscal técnico do Contrato e gestor do Contrato, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O faturamento deverá ser realizado em nome da Embrapa Semiárido, CNPJ 00.348.003/0041-08, Inscrição Estadual 0064651-29, Endereço: Rodovia BR 428, Km 52 - Zona Rural –CEP:56334-899 – Caixa Postal: 23 - Petrolina/PE e encaminhado ao e-mail cpatsa.sil@embrapa.br.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Embrapa promoverá a retenção, quando for o caso, de todo e qualquer tributo devido em decorrência do presente Contrato, na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO QUARTO. Valores porventura pagos com atraso, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, sofrerão correção monetária pela variação do IPCA, acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês, “pro rata die”.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Recursos Orçamentários

O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do presente Contrato, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de 2026, correndo à conta da Fonte de Recursos _____, Natureza de Despesa para o serviço _____, Nota de Empenho nº _____, de _____ de 2026.

As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento, mediante o respectivo empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Denúncia

A **Embrapa**, a seu livre critério e quando bem lhe convier, poderá dar por findo o presente Contrato independente de justo motivo e sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante comunicação prévia, por escrito, a **CONTRATADA**, de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Reajuste

O valor do serviço poderá ser reajustado, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, aplicando-se o IPCA, na forma do artigo 5º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os reajustes serão precedidos de solicitação da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO. A CONTRATADA poderá exercer seu direito ao reajuste de preços até a data da prorrogação contratual subsequente.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste no prazo estipulado, ocorrerá a preclusão do direito.

PARÁGRAFO SEXTO. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

PARÁGRAFO OITAVO. a manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.

PARÁGRAFO NONO. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — Dos Acréscimos, Supressões e Limites do Contrato.

Os acréscimos e supressões serão regidos nos termos do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, aprovado pela RC 277/2024.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os valores estimativos trazem apenas uma projeção de despesas para o exercício de um ano, não caracterizando, portanto, valores a que se obriga a Embrapa a contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

A motivação e os procedimentos para rescisão do Contrato estão abordados no item 22 do Termo de Referência:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Responsabilidade Trabalhista

Os empregados e outros prepostos, utilizados pela CONTRATADA na prestação de serviços ora contratados, não terão qualquer vinculação com a Embrapa, mormente de natureza trabalhista ou civil, responsabilizando-se a CONTRATADA pelos respectivos direitos e deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais, independentemente de qualquer envolvimento da Embrapa.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso a Embrapa, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de empregos de que trata esta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Da Manutenção das Condições Iniciais

A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da Vigência e Prorrogação

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 e *Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa*.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A prorrogação da vigência poderá ser efetuada a cada 12 (doze) meses, desde que comprovadamente vantajosa para a Embrapa e autorizado formalmente pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Matriz de Riscos

A Embrapa e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante no **item 18** do Termo de Referência, se for o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO. É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Do Nepotismo

É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

PARÁGRAFO ÚNICO. Entende-se como familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Da Contratação Eletrônica

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Da Publicação

O extrato deste contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Foro

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de Petrolina (PE), para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, de acordo com as normas internas da Embrapa (RN nº 8, de 17.07.2017 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC), ou certificação digital conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento e os dele derivados, encaminhando via do documento devidamente assinado às outras Partes.

Petrolina-PE.

[assinado eletronicamente]

Chefe-Geral
EMBRAPA

[assinado eletronicamente]

Chefe-Adjunto de Administração
EMBRAPA

[assinado eletronicamente]

Representante
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. [assinado eletronicamente]

Nome:

Matrícula Embrapa:

2. [assinado eletronicamente]

Nome:

Matrícula Embrapa:

ANEXO I

QUALIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DAS PARTES

EMBRAPA

Nome:	
Cargo:	
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	
Ato de delegação:	

Nome:	
Cargo:	
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	de
Ato de delegação:	

CONTRATADA

Nome:	
Cargo:	
Nacionalidade:	
Estado civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
E-mail:	
Endereço:	
Ato de designação:	de
Ato de delegação:	de



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Ayako Taura, Chefe-Adjunto em exercício**, em 25/05/2026, às 15:19, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13600274** e o código CRC **A809A515**.